



VILAREALSTºANTONIO

1

## ATA N.º 32/2015

A

Ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Aos dezassete dias do mês de dezembro de 2015, em Vila Real de Santo António, na Sala Marquês de Pombal da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma Câmara, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas nove horas, os Srs. Vereadores **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, **João Filipe de Brito Sol Pereira**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **David Matias Murta**, **Luís Miguel Cristo Salvador Salas** e **José Estevão Correia da Cruz**, a fim de se realizar a reunião extraordinária a que se refere o artigo 41.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

**ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2016;
- REABERTURA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- ALTERAÇÃO AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – DEFINIÇÕES, CONCEITOS, CRITÉRIOS E APLICAÇÕES DE NORMAS E PRINCÍPIOS URBANÍSTICOS – 2.º RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO - PROCEDIMENTO DE DISCUSSÃO PÚBLICA;
- CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DA GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;



- CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, RECOLHA DE OBJETOS VOLUMOSOS (“MONSTROS” OU “MONOS”) E RESÍDUOS VERDES, LAVAGEM DE CONTENTORES, LIMPEZA URBANA DE PRAIAS E RIBEIRAS NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E NAS FREGUESIAS DE CASTRO MARIM E DE ALTURA, AMBAS DO CONCELHO DE CASTRO MARIM;
- CONCURSO PÚBLICO DE CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DOS POLIDESPORTIVOS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- CONCURSO PARA A CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO E GESTÃO DE EQUIPAMENTO HOTELEIRO NO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- ADITAMENTO AO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO EM MONTE GORDO;
- EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA CONSELHEIRO FREDERICO RAMIREZ, N.º 9, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - RUI MIGUEL DA COSTA LEITE;
- CEDÊNCIA/ALUGUER DE ESPAÇO MUNICIPAL – ARQUIVO HISTÓRICO, PARA ENCONTRO DE DIRIGENTES DE IEF.

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:



## ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2016.

O Sr. Vereador David Murta disse que o Partido Socialista nada tem a acrescentar face ao que já referiu quando a proposta foi submetida anteriormente, cujo conteúdo consta na declaração de voto apresentada na reunião de Câmara de 29 de Outubro de 2015.

O Sr. Vereador José Cruz mencionou que o orçamento municipal foi dividido em dois, a saber, o referente ao PAEL e o orçamento de base zero, com um milhão de euros de redução. Mencionou que na análise da CDU, a Câmara Municipal tinha referido vinte e cinco milhões de receita estimada e agora só aparecem vinte e dois milhões, para além de dois milhões de euros no FAM para pagamento de dívidas da VRSA-SGU, E.M..

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Luís Salas e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser revogada a deliberação de aprovação da Proposta/2014/312 "Orçamento Municipal de 2016" tomada em reunião de câmara de dia 29 de outubro de 2015, atualizar todas as Taxas e Preços Municipais no valor da inflação prevista no Relatório do orçamento municipal para 2016, ou seja, em 1.1%, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de Orçamento Municipal para 2016, as Grandes Opções do Plano Plurianual para o ano económico de 2016 e o Quadro Plurianual Municipal para o horizonte temporal 2016-2019, previsto no artigo 44º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, e submeter à Assembleia Municipal, para que, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, aprove, após apreciação técnica já efetuada pela DGAL e parecer prévio do FAM, o orçamento municipal para 2016, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

4

- Pelo Senhor Vereador José Cruz foi apresentada uma declaração de voto, documento que fica apenso à ata. H

## REABERTURA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Presidente disse que atualmente o PROT limita em 10% as áreas de expansão. Comunicou que a proposta teve o parecer de quase todas as entidades, inclusive do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), com a ressalva dos investimentos no Parque Municipal de Campismo de Monte Gordo e na zona sul de Vila Real de Santo António. Referiu que considera que o Plano estará concluído em 2016 e tendo em conta a alteração legislativa, cujas explicações estão mencionadas na proposta, não há capacidade financeira para outro tipo de intervenções para além das propostas. Pediu aos Srs. Vereadores da oposição para até dia 15 de janeiro lhe fazerem chegar um memorando com o modelo de desenvolvimento que consideram que deve haver no território para que se integre nas propostas do Executivo e posteriormente se efetue uma reunião com todas as forças políticas e a equipa de trabalho do PDM. Por fim, o Sr. Presidente disse que no futuro será necessário lançar concursos públicos para que apareça investimento privado para intervir nas áreas de expansão urbana.



O Sr. Vereador David Murta disse que o PS dará o seu aval à proposta, porquanto este partido se tem batido há alguns anos pela revisão do PDM e sua consequente entrada em funcionamento. Questionou sobre o que irá acontecer às diversas propostas de plano de pormenor aprovadas, face a esta reabertura do processo de revisão do PDM. Mencionou que as abstenções do Partido Socialista em muitas dessas propostas se devem ao facto de entenderem que primeiro se deveria rever o PDM e só depois passar para a execução deste tipo plano. Por fim, referiu que o PS responderá ao repto do Sr. Presidente e apresentará contributos para o novo PDM.

O Sr. Vereador José Cruz referiu que face às imposições legais de expansão, o PDM em vigor não sofrerá grandes alterações e serão os planos de pormenor e de urbanização que marcarão as opções estratégicas futuras. O Sr. Vereador questionou se é pelas suspensões do PDM para casos pontuais anteriormente aprovados durante o mandato que agora se denomina “Reabertura do processo de revisão do PDM”.

O Sr. Presidente esclareceu que cada nova alteração à lei é uma nova revisão do PDM, pelo que obriga à reabertura do processo.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Sr. Presidente, documento que constitui parte integrante da respetiva ata, no sentido de ser aprovada a reabertura do processo de revisão do PDM, tendo em consideração os seguintes aspetos:

- a) As alterações legislativas que entretanto ocorreram;
- b) Aceitar como válidas as etapas anteriormente já realizadas;
- c) Que se proponha à CCDR – Algarve a conversão da Comissão de Acompanhamento em (CA) em Comissão Consultiva (CC), nos termos da Portaria n.º 277/2015, de 10 de Setembro;





d) A definição do prazo máximo para conclusão da revisão do PDM de VRSA em 18 meses;



e) Metodologia de trabalho:

i) Participação preventiva;

ii) Conversão da Comissão de Acompanhamento em Comissão Consultiva;

iii) Validação das etapas anteriores;

iv) Elaboração da Proposta de Ordenamento;

v) Reuniões setoriais;

vi) Revisão da Proposta de Ordenamento com base nas reuniões setoriais e introdução das normas dos planos especiais;

vii) 1.ª Reunião plenária;

viii) Introdução de sugestões;

ix) 2.ª Reunião Plenária;

x) Concertação;

xi) Discussão Pública;

xii) Relatório de Ponderação;

xiii) Aprovação;

xiv) Publicação.

✱  
B

ALTERAÇÃO AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO –  
DEFINIÇÕES, CONCEITOS, CRITÉRIOS E APLICAÇÕES DE NORMAS E PRINCÍPIOS  
URBANÍSTICOS – 2.º RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO - PROCEDIMENTO DE  
DISCUSSÃO PÚBLICA.

O Sr. Presidente esclareceu que a alteração é referente ao PDM em vigor e não ao que está a ser revisto e foi debatido no ponto anterior. Explicou ainda que a nova lei acabou com o conceito de plano de cérceas, tendo sido substituído por unidades de execução que têm que ser submetidas a discussão pública. Esta alteração, referiu o Sr. Presidente, vai permitir efetuar alterações na zona norte da cidade, nomeadamente nos índices da zona industrial.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser determinada a abertura do período de discussão pública da Alteração ao Plano Diretor Municipal de Vila Real de Santo António – Definições, Conceitos, Critérios e Aplicações de Normas e Princípios Urbanísticos, em conformidade com o disposto no artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, fixando-se o prazo da referida discussão pública em 30 dias úteis, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DA GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Vereador José Cruz disse que na documentação de suporte da proposta está mencionado que no futuro a população de Vila Real de Santo António vai aumentar pouco, pelo que esse facto poderá condicionar o aparecimento de boas propostas. Referiu também que as taxas vão duplicar, triplicar e quadruplicar com o passar das décadas. Mencionou também que a CDU concorda com os estudos apresentados mas não com o agente da mudança.

O Sr. Presidente esclareceu que o aumento máximo será de 30% a preços constantes. Disse que tendo em conta outras concessões que não salvaguardaram corretamente o interesse público, quer o Tribunal de Contas, quer a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) imprimiram várias normativas para melhorar os acordos que o setor público celebra nestas concessões. Aludiu ainda o Sr. Presidente que a ERSAR emitiu parecer favorável condicionado mas a Câmara Municipal teve reuniões de trabalho com a ERSAR, pelo que a entidade reguladora irá emitir um parecer favorável que será inserido na documentação a enviar à Assembleia Municipal. Explicou também que a ERSAR criou um documento para este tipo de contratos, considerados acordos de segunda geração, que salvaguardam o interesse público. Disse ainda que se a proposta for aprovada os aumentos serão na ordem dos 4 a 5% e se o concurso público for adjudicado a verba servirá para aliviar a dívida da Câmara Municipal, uma vez que grande parte da mesma foi criada devido aos investimentos realizados nas infraestruturas de água e saneamento básico no Concelho. Deixou ainda a nota que esta adjudicação permitirá dar sustentabilidade à dívida da Câmara Municipal.



9

O Sr. Vereador Luís Salas referiu que a proposta e a concretização da mesma está diretamente relacionada com o FAM, pelo que questionou o Sr. Presidente sobre qual o impacto que a concessão terá para a VRSA-SGU, E.M., qual o futuro da Empresa Municipal e dos seus trabalhadores se esta concessão se realizar, pois como todos sabem a VRSA-SGU é uma das principais entidades empregadoras do Concelho, e o que é que acontecerá se a Câmara Municipal não conseguir adjudicar a concessão, ou seja, qual é o plano "B".

O Sr. Presidente esclareceu que os trabalhadores têm contrato com a Empresa Municipal pelo que manterão os seus vínculos ou poderão passar para a empresa que venha a ganhar a concessão, caso esse facto se verifique, dependendo da vontade de cada trabalhador, tal como já aconteceu quando se constituiu a VRSA-SGU. Disse ainda que a Empresa Municipal presta trabalhos de consultadoria para outros municípios, elabora planos de pormenor, vende serviços, pelo que não desaparecerá se o serviço de gestão e exploração de água e drenagem de águas residuais for concessionado. Os trabalhadores que queiram continuar na VRSA-SGU passarão a desempenhar outras funções. Clarificou também o Sr. Presidente que a estrutura da VRSA-SGU já está preparada para esta mudança, e uma das provas disso é que tem apenas um administrador-delegado, pelo que a estrutura de custos foi reduzida. Sobre o plano "B" disse que não havia, tendo explicado que se não houver adjudicação a VRSA-SGU, E.M. continuará com a gestão e exploração do serviço como tem vindo a realizar.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Luís Salas e José Cruz, aprovar a proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal a abertura do procedimento de Concurso Público para a Concessão da Gestão e Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais do Município de Vila Real de Santo António, aprovar as minutas das peças para o procedimento referido, nas quais constam os termos e condições para a contratação e a composição do júri do concurso, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.



- Pelo Senhor Vereador José Cruz foi apresentada uma declaração de voto, documento que fica apenso à ata.

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, RECOLHA DE OBJETOS VOLUMOSOS (“MONSTROS” OU “MONOS”) E RESÍDUOS VERDES, LAVAGEM DE CONTENTORES, LIMPEZA URBANA, DE PRAIAS E RIBEIRAS NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E NAS FREGUESIAS DE CASTRO MARIM E DE ALTURA, AMBAS DO CONCELHO DE CASTRO MARIM.

O Sr. Presidente disse que este processo está a ser preparado em conjunto com o Município de Castro Marim. Esclareceu que estes serviços funcionam essencialmente com trabalhadores vinculados através de Contratos Emprego-Inserção (CEI), o que não deve acontecer. Mencionou ainda que a Câmara Municipal tem uma grande despesa para assegurar a recolha dos serviços em causa, nomeadamente com a frota automóvel, e referiu que a poupança estimada com a adjudicação destes serviços é de quinhentos mil euros por ano, mantendo-se a mesma qualidade do serviço prestado.

O Sr. Vereador David Murta disse que esta proposta é diferente da anterior, até porque nos dias de hoje, parte destes serviços já são prestados por empresas, designadamente a ALGAR. Mas esclareceu que a razão do voto do PS não tem que ver com operacionalizar melhor o serviço, mas sim do que fez chegar o Concelho a este estado – os encargos decorrentes do FAM. Disse ainda que por uma questão de coerência, o Partido Socialista não dará o seu aval a esta proposta. Por fim, alertou, concordando com o Sr. Presidente, que os trabalhadores com CEI não devem ser norma na realização destes trabalhos.



= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Luís Salas e José Cruz, aprovar a proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal a abertura do procedimento de Concurso Público Internacional para a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, recolha de objetos volumosos (“monstros” ou “monos”) e resíduos verdes, lavagem de contentores, limpeza urbana, de praias e ribeiras no concelho de Vila Real de Santo António e nas freguesias de Castro Marim e de Altura, ambas do concelho de Castro Marim, aprovar as minutas das peças para o procedimento referido, nas quais constam os termos e condições para a contratação e a composição do júri do concurso, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

- Pelo Senhor Vereador José Cruz foi apresentada uma declaração de voto, documento que fica apenso à ata.

## CONCURSO PÚBLICO DE CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DOS POLIDESPORTIVOS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Vereador José Cruz pediu para o Sr. Presidente clarificar onde é que os equipamentos desportivos se vão localizar.

O Sr. Presidente explicou e quis deixar expresso que não haverá redução de espaços desportivos. Os mesmos serão realocizados, permitindo uma maior sustentabilidade do serviço prestado pelo Complexo Desportivo Municipal.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Luís Salas e o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetido à Assembleia Municipal a presente proposta para aprovação do lançamento de um concurso público de Conceção, Construção e Exploração para renovação dos polidesportivos do Complexo Desportivo de Vila Real de Santo António, das peças para o procedimento referido, nas quais constam os termos e condições para a contratação e da composição do júri do concurso, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

- Pelos Senhores Vereadores David Murta e Luís Salas foi formulada a seguinte declaração de voto:

“Mantendo a nossa posição de voto contra as alterações ao Plano Diretor Municipal para a zona em questão, o Partido Socialista não é insensível à necessidade de investimento no Concelho, pelo que nos abtemos na proposta em questão.”

- Pelo Senhor Vereador José Cruz foi apresentada uma declaração de voto, documento que fica apenso à ata.



13

## CONCURSO PARA A CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO E GESTÃO DE EQUIPAMENTO HOTELEIRO NO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Vereador José Cruz pediu para o Sr. Presidente clarificar onde é que o equipamento hoteleiro se vai localizar.

O Sr. Presidente explicou e disse a consecução desta adjudicação dará melhor sustentabilidade ao serviço prestado pelo Complexo Desportivo Municipal, para além de se criar uma infraestrutura que dará um valor acrescentado ao Complexo e que irá ao encontro das solicitações apresentadas pelos atletas que frequentam os espaços desportivos.

O Sr. Vereador David Murta mencionou que, conforme definido no caderno de encargos, serão os concorrentes a propor a forma de exploração do complexo de ténis. O que lhe suscita dúvidas, uma vez que poderá estar em causa a livre concorrência no que concerne aos preços a praticar para a utilização dos campos de ténis, entre os utentes da unidade hoteleira que se vier a instalar e os utentes das outras unidades hoteleiras do concelho, é se esta situação está devidamente acautelada.

O Sr. Presidente disse que a questão está salvaguardada.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Luís Salas e o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetido à Assembleia Municipal a presente proposta para aprovação do lançamento de um concurso público de Conceção, Construção e Exploração e Gestão de Equipamento Hoteleiro no Complexo Desportivo de Vila Real de Santo António, das minutas das peças para o procedimento referido, nas quais constam os termos e condições para a contratação, e da composição do júri do concurso, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.



- Pelos Senhores Vereadores David Murta e Luís Salas foi formulada a seguinte declaração de voto:

“Mantendo a nossa posição de voto contra as alterações ao Plano Diretor Municipal para a zona em questão, o Partido Socialista não é insensível à necessidade de investimento no Concelho, pelo que nos abstermos na proposta em questão.”

- Pelo Senhor Vereador José Cruz foi apresentada uma declaração de voto, documento que fica apenso à ata.

#### ADITAMENTO AO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO EM MONTE GORDO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Sr. Presidente, documento que constitui parte integrante da respetiva ata, no sentido de ser submetido à Assembleia Municipal o aditamento do ponto n.º 12 do programa de procedimento da hasta pública para alienação de uma parcela de terreno em Monte Gordo, com a seguinte redação:

#### “12. PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES

12.1 Os concorrentes poderão optar pelo pagamento em prestações, desde que façam acompanhar a proposta apresentada ao abrigo do ponto 4 de um plano de pagamentos, e respeitando sempre as seguintes condições:

a) Número máximo de prestações: 4

b) Valor mínimo da primeira prestação a pagar na adjudicação provisória: 50%



c) Celebração de contrato-promessa com inclusão obrigatória do plano de pagamentos.



d) Celebração de escritura de compra e venda no dia seguinte ao pagamento da última prestação

e) Período máximo de duração do plano de pagamentos: 12 meses

12.2 A modalidade do pagamento em prestações inclui juros sobre o capital em dívida de acordo com as taxas em vigor para o diferimento de pagamentos de dívidas ao Estado.

12.3 A licença de construção a emitir para qualquer construção a erigir no prédio em causa só poderá ser emitida após a celebração da escritura de compra e venda do mesmo.”

**EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA CONSELHEIRO FREDERICO RAMIREZ, N.º 9, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - RUI MIGUEL DA COSTA LEITE.**

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Luís Salas, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido da Câmara Municipal exercer o direito legal de preferência na transação do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 5738, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 34 m<sup>2</sup>, com a área total de 34 m<sup>2</sup>, destinado a outros serviços, localizado na Rua Conselheiro Frederico Ramirez, n.º 9, em Vila Real de Santo António, conforme determina o artigo 37.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, com fundamento no teor da informação da Jurídica, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



CEDÊNCIA/ALUGUER DE ESPAÇO MUNICIPAL - ARQUIVO HISTÓRICO, PARA  
ENCONTRO DE DIRIGENTES DE IEPF.



= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser ratificado o despacho da Sra. Vice-presidente, Maria da Conceição Cabrita, tendo em conta a fundamentação económica, de aplicar o preço base de 800,00 € para a cedência/aluguer do Arquivo Histórico Municipal para o encontro de Dirigentes do Instituto de Emprego e Formação Profissional, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 10.00 horas.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, FRANCISCO JOSÉ LEIRIA SABINO, Chefe de Divisão das Atividades Económicas, a redigi, subscrevo e assino.



---



---